

Economia - Brasil



O BRASIL TEM SOLUÇÃO?

E AGORA LULA?

VICENTE NUNES

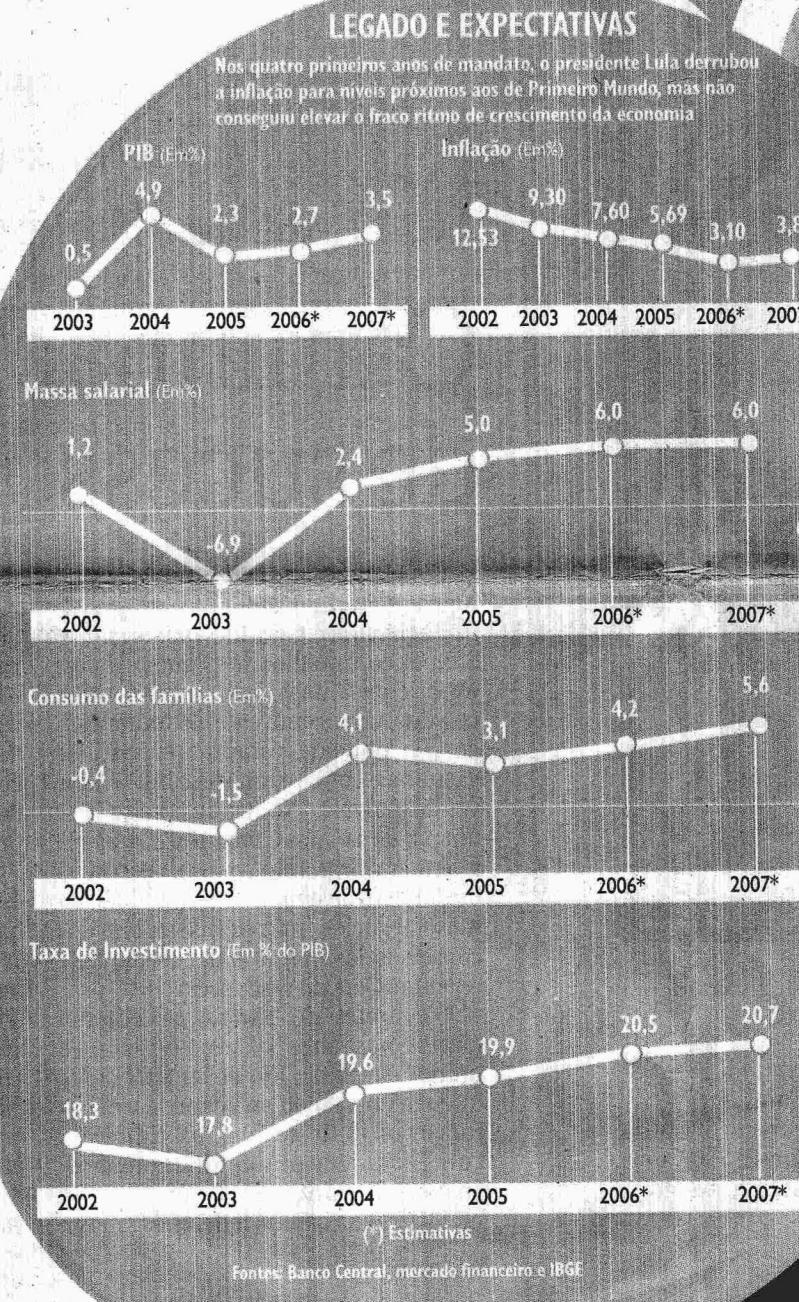
DA EQUIPE DO CORREIO

Durante a campanha eleitoral, o presidente Lula conseguiu esvaziar boa parte das críticas contra o crescimento mediocre da economia em seu governo. Com um discurso bem embalado por seus marqueteiros, convenceu a maioria do eleitorado de que seu primeiro mandato foi usado para criar os alicerces que, a partir de 2007, sustentariam uma expansão mais forte e prolongada do Produto Interno Bruto (PIB). Reeleito, estabeleceu até uma meta para o crescimento: 5% ao ano. Mas antes mesmo de tomar posse do novo mandato para comandar o país por mais quatro anos, Lula já abandonou tal objetivo. Engolido pela realidade, sabe que, por mais que o país cresça até 2010, quando termina seu governo, o Brasil ainda estará distante de registrar o avanço que se vê na maior parte do mundo, sobretudo nas economias emergentes, cujo crescimento médio tem sido de 6% anuais.

"Não há como negar que o aumento do PIB nos próximos anos será maior do que a média dos últimos 15 anos, que ficou em 2,5% anuais", diz o economista-chefe do Banco Credit Suisse, Nilson Teixeira. "Mas a expansão da economia será gradual. Para 2007, trabalhamos com um aumento de 3%. Em 2008, crescerá 3,5%", prevê. A boa notícia, afirma Teixeira, é que o incremento econômico se dará em um cenário bastante tranquilo. A inflação, pelo menos nos próximos dois anos, deverá girar entre 3% e 3,5%, mantendo abertas as janelas para a redução dos juros. A renda dos trabalhadores continuará em expansão, assim como a oferta do crédito. Lula ainda terá a seu favor mais um período de bonança do cenário externo, com a desaceleração da economia dos Estados Unidos sendo compensada, em boa parte, pela China.

Tantos fatores positivos deveriam ser um alívio aos olhos dos agentes econômicos. Mas o próprio Lula tratou de espalhar uma nuvem de incerteza quanto a seu segundo mandato. Se, nos últimos quatro anos, contrariou expectativas ao fazer um governo extremamente ortodoxo — pautado pelo equilíbrio fiscal e por um duro combate à inflação —, anda emitindo sinais de que está disposto, agora, a seguir uma trajetória um tanto conflitante, sem tanto controle de gastos e com uma presença mais ativa do Estado na economia. Essa postura ficou evidente nas últimas semanas, quando ordenou a seus ministros que recorressem à ousadia para ampliar o ritmo de crescimento

Mais do mesmo
Na opinião da economista-chefe da Mellon Global Investments,



Arte: Lucas Pádua / CB

Cheio de vontade de fazer o país crescer, o presidente está amarrado pelas fragilidades estruturais da economia que ele não enfrenta

mento do país. O que muitos temem é que, descompromissado por estar fora do jogo político de 2010 e sem a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), Lula sancione medidas que façam ruir as bases que ele mesmo diz ter criado para tirar o Brasil da rabeira do crescimento mundial.

Para discutir os rumos do país, traçar um perfil do que deve ser o próximo mandato de Lula e mostrar a ansiedade dos brasileiros que não aceitam, em hipótese alguma, abrir mão de conquistas como a estabilidade de preços, o Correio Braziliense inicia hoje uma série de reportagens, que se estenderá até o próximo dia 7 de janeiro. Nesse mesmo período, o Correio também traçará um panorama do Distrito Federal e dos desafios que a capital do país enfrenta para se firmar como polo econômico.

Mais do mesmo
Na opinião da economista-chefe da Mellon Global Investments,

Solange Srour, parcela importante das perturbações criadas pelo governo estaria de fora do atual debate se o país tivesse feito reformas tão necessárias, como a tributária, a trabalhista e a da Previdência Social. "Certamente, com as reformas, não estaríamos discutindo os limites para o Brasil crescer nem o presidente Lula teria que gastar seu tempo cobrando medidas que destravem a economia. Simplesmente, o país estaria crescendo acima de 5%, sem problemas", diz. O mais traumático, acrescenta o presidente da Consultoria Macroplan, Cláudio Porto, é que são remotas as possibilidades de o governo encampar propostas tão polêmicas e impopulares, como fixar idade mínima para as aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por isso, Porto é taxativo: "Vamos ver mais do mesmo no segundo mandato de Lula".

Mesmo dentro do governo, o ceticismo quanto à capacidade

de o país crescer a uma velocidade maior é evidente. No Banco Central, a previsão é de que o avanço do PIB em 2007 fique em 3,8%, taxa próxima dos 3,5% projetados pela maioria do mercado. O diretor de Política Econômica do BC, Afonso Beviláqua, afirma que, dadas as condições atuais — inflação sob controle, juros nos menores níveis dos últimos 20 anos e contas externas ajustadas —, é esse o potencial de expansão da economia brasileira.

"Para mudar esse patamar, é preciso ir além da redução dos juros. É necessário melhorar o ambiente de negócios do país, reduzindo a carga tributária, o custo da mão-de-obra e a burocracia", enfatiza.

A queda de mais de seis pontos da taxa básica de juros (Selic), desde 2005, não mudou o ritmo de crescimento da economia, demonstrando que não é amarra para o desenvolvimento. Sua redução trouxe à tona as mazelas mais graves que afli-

gem a produção, citadas pelo diretor do BC. Ainda assim, os investimentos privados estão se expandindo, o que garante produção futura suficiente para atender o consumo das famílias, que aumenta há três anos seguidos.

Vôo de galinha

No quadro traçado pelo BC, mas não explicitado oficialmente, há um incômodo com os rumos da política monetária, conduzida com mão de ferro no primeiro mandato de Lula, a despeito da chuva de críticas que recebeu. O BC teme ser obrigado a interromper o processo de corte da Selic se o Palácio do Planalto insistir no aumento dos gastos públicos, comprometendo o ajuste fiscal. "Estamos diante de um risco inflacionário que precisa ser considerado", alerta o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal.

No entender de Leal, o dado mais evidente da mudança de vi-

são do governo no controle fiscal está na decisão da equipe econômica de ampliar as despesas do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), de 0,2% para 0,5% do PIB — um adicional de R\$ 6 bilhões. Como esses gastos podem ser descontados do superávit primário, a economia para o pagamento de juros da dívida no ano que vem será de 3,75% e não de 4,25% do PIB. O resultado disso será uma queda mais lenta da relação entre a dívida pública e o PIB, atualmente na casa dos 50%.

"Esse não é o tipo de medida que se pode chamar de ousada", diz Sandra Utsumi, economista-chefe do Banco BES Investimento. Para ela, mesmo com a massa salarial crescendo há três anos, mesmo com o fato de o país ter praticamente zerado sua dívida externa e mesmo com a inflação girando em torno de 3%, o Brasil ainda não conseguiu se livrar da síndrome do vôo da galinha. "Infelizmente, não vejo como Lula mudará essa história", sentencia.